

## A FIGURAÇÃO “PROBLEMATIZADORA” DE GONÇALO RAMIRES (URDIDURA NARRATIVA, PROCEDIMENTOS RETÓRICOS, AMBIGUIDADES DEIXADAS AO LEITOR)

*Ofélia Paiva Monteiro*

CLP – Universidade de Coimbra

A abrir caminho às perspetivas que desenvolverei sobre *A Ilustre Casa de Ramires* e a figuração, a que chamei “problematizadora”, pela qual Gonçalo adquire vulto ficcional, lembro alguns dados genéricos sobre o romance, que, entre os de Eça, possui traços específicos que desafiam – para bem... ou para mal – a vontade interpretativa do leitor.

Foi em 1900, escassos meses após a morte do escritor, que saiu a edição do romance que hoje lemos, feita sobre um original completo entregue ao editor Chardron; da revisão das 137 páginas finais já Eça não pôde, porém, encarregar-se – e sabemos a que transformadoras correções submetia habitualmente os seus textos –, sendo a tarefa cometida a Júlio Brandão, que a terá exercido, parece, com criterioso respeito.<sup>1</sup> Do trabalho queirosiano de revisão recriadora *A Ilustre Casa de Ramires* oferece, aliás, bom exemplo: se compararmos o texto vindo a lume em 1900, compreendendo 12 capítulos, com o que bem perto, entre 1897 e 1899, surgira, incompleto, na *Revista Moderna* (para a meio do cap. X), deparamos com notórias transformações, de que nos dá conta a cuidadosa edição crítica do romance

<sup>1</sup> Cf. Elena Losada Soler, “Introdução” (p. 18) à edição crítica de *A Ilustre Casa de Ramires* citada na nota seguinte.

da responsabilidade de Elena Losada Soler, instrumento de base do meu trabalho.<sup>2</sup>

Para trás, estava uma longa incubação. Com o mesmo título, Eça anuncia em 1890 e 91, na sua *Revista de Portugal*, um conto, depois dito uma “novelazinha” curta; na correspondência, surgem pouco após referências a um texto já mais longo, também assim chamado, mas só em 1895 chega a letra de forma, no primeiro número da revista portuense *A Arte* (1 de novembro), um pequeno fragmento da obra anunciada:<sup>3</sup> sabe-se hoje que era um excerto, com variantes, do único autógrafo (há pouco conhecido) de *A Ilustre Casa de Ramires*, uma versão primitiva do romance.<sup>4</sup> A problemática década de 1890 a 1900 constitui pois o lato período em que ele cresceu na imaginação queirosiana, a par de outras obras – *A Correspondência de Fradique Mendes*, *A Cidade e as Serras*, *José Matias*, *São Cristóvão*, etc. –, de publicação também já póstuma. É esse conjunto de textos, todos singulares, que configura o imaginoso avatar queirosiano habitualmente designado por “último Eça”.

Em carta a Eduardo Prado, de 4 de Julho de 1894, afirmava precisamente o escritor que tinha cinco livros em mãos, acrescentando “uns místicos, outros irónicos” (Queirós, 1983: 321). A estes pertencia *A Ilustre Casa de Ramires*: a confirmá-lo está o que escreve a Luís de Magalhães, secretário da *Revista de Portugal*, em outubro (21-X)

2 A paginação que indico nas citações do romance é a desta edição, de 1999, integrada na Coleção Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós coordenada por Carlos Reis (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda).

3 Sobre este fragmento, cf. Américo Oliveira Santos.

4 O manuscrito é constituído por 184 folhas de papel apenas escritas de um lado; faltam-lhe os capítulos VII a XII surgidos na primeira edição em livro do romance. Agradeço aos colegas Irene Fialho e João Dionísio (integrados no projeto de edição genética de *A Ilustre Casa de Ramires* coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Maria Isabel Rocheta) as informações que tiveram a gentileza de me prestar sobre o autógrafo, a que Isabel Rocheta e Cristina Sobral (2001: 181-190) consagram o artigo “A ‘machina creadora’ de Eça de Queirós”.

de 1891 (*Corr.*, II, p. 190), a propósito do conto com esse título que dizia ter pronto: se publicado na revista, precisaria de trinta a trinta e cinco páginas, espaço excessivo; sugeria por isso que a “novelazinha” apenas fosse anunciada na capa, já que – cito – ela “perderia totalmente o seu efeito se tivesse de ser cortada”, pois não tinha “enredo”, sendo apenas “um simples lance todo de ironia, revelando um carácter”. Estas afirmações acentuam traços fundamentais do núcleo germinador do romance que se não perderam, a meu ver, nas “expansões” por que depois passou, mesmo na longa versão de 1900 sobre que construí o meu estudo.

Um das últimas observações preliminares. O corpo do romance desenvolve o seu escasso “enredo” num tempo curto – sete meses, escalonados de forma explícita entre junho e dezembro: durante eles, Gonçalo inicia e conclui a sua novela histórica, *A Torre de D. Ramires*, publicada com grande êxito em dezembro (p. 442), e congemina uma carreira política, coroada em fins de outubro pela sua eleição a deputado por Vila Clara; por isso, nos festejos de Natal, não só o acarinha a família, mas também o celebram os amigos, que lhe oferecem um banquete na sala da Câmara (p. 443). Estamos então quase no fim do cap. XI, terminado por um *epílogo*, onde rapidamente se narra que Gonçalo parte em meados do janeiro seguinte para Lisboa, aí passa o inverno numa dissipação elegante, mas todos espanta nos fins de abril, quando “silenciosamente, quase misteriosamente” – como se lê no texto – embarca para a Zambézia, onde arranjava a concessão de vastas terras (p. 443). O capítulo que põe termo ao romance, o XII, dá-nos, em andamento também rápido, mais elementos *epilógicos*: passados quatro anos, Gonçalo regressa de África, sendo calorosamente acolhido por parentes e amigos que comentam o seu perfil e o seu atuar. Assinale-se que a aventura africana de Gonçalo está completamente ausente da versão do romance surgida na *Revista Moderna*.

Se o suceder dos meses, na história do protagonista, é assim apontado com minúcia, não são especificados os anos em que os eventos se situam. De múltiplos dados se induz, porém, que o “presente” da ação se desenrola no próprio período da concepção do romance – ou seja, na problemática década terminal de Oitocentos. Logo no cap. I nos é dito (p. 85) que Gonçalo se propusera utilizar, no seu romance, o poemeto ultrarromântico – *O Castelo de Santa Ireneia* – que o tio Duarte, poeta “nos seus anos de ociosidade e imaginação”, de 1845 a 1850, publicara num pequeno semanário de Guimarães, *O Bardo*. (Diga-se, entre parênteses, a acentuar os jogos mistificadores em que Eça se compraz, que se publicou efetivamente, mas no Porto, e de 1852 a 1854, um bem conhecido “jornal de poesia” ultrarromântica intitulado *O Bardo*, onde colaborou Soares de Passos). Pouco depois (pp. 86-87), em citação indireta do discurso interior de Gonçalo, quando tenta calar a consciência do plágio que ia cometer, lê-se que ele se dizia que “[...] só lhe restava transpor as fórmulas fluídas do Romantismo de 1846 para a sua prosa tersa e máscula [...]”, alegando, entre outras desculpas, que ninguém conhecia, nos tempos que corriam, o poemeto do titi, e até mesmo o *Bardo*, “delgado semanário” que, *havia cinquenta anos*, aparecera durante cinco meses numa vila de província. Se meio século tinha passado sobre esse *Bardo* quando se instala no “herói”, o propósito de escrever o seu romance, podemos inferir que a ação presente se situa na última década de Oitocentos. Para esse “presente” – o da Regeneração tardia, em que os problemas portugueses (económico-sociais, políticos, ideológicos) se agudizam com a questão africana no contexto do Ultimato inglês de 1890 –, também convergem elementos da maior relevância diegética: os desejos de ascensão política de Gonçalo e as manobras condenáveis que pratica para a obter inscrevem-se no deletério rotativismo partidário instalado no governo; múltiplos incidentes ficcionais patenteiam as melhorias materiais do País, mas acentuam o despudor do

regime – favores políticos, caciquismo que perverte eleições, poder dos grandes sobre as massas populares, ignorantes e dependentes.<sup>5</sup> Pergunto: dever-se-á à convergência entre o tempo representado na ficção e o tempo da conceção do romance a ausência de informações cronológicas explícitas a delimitarem a ação? A hipótese que coloco é a de que Eça, seriamente preocupado com a situação portuguesa, como provam a sua *Correspondência* ou vários dos seus textos na *Revista de Portugal*, terá tentado fugir por essa via à convocação da sombra do autor por detrás da ficção imaginada – questão de figuração narrativa de que tinha boa consciência, como nos prova, por exemplo, a tão interessante carta de 26 de abril de 1894 a Oliveira Martins (que irá morrer em agosto) sobre *A Vida de Nun'Álvares*, surgida no ano anterior (1893). Eça observa ao amigo que se a “primeira impressão” colhida na leitura entusiasta da obra fora a de estar imerso no século XV, como “um partidário do Mestre”<sup>6</sup>, depois, já capaz de atentar na arte da escrita, lhe tinham surgido pequenas reservas. Entre elas, a de que o Andeiro lhe parecia “ter traços dema-

5 A verosimilhança na representação epocal verifica-se mesmo em pequenos pormenores, como os da chegada de Gonçalo, no seu retorno de África, à estação do Rossio (inaugurada oficialmente em maio de 1891), vindo de Paris no mítico “Sud Express”, cuja primeira viagem tem lugar em outubro (21-X) de 1887.

6 “Composição, estilo, etc., tudo isso me era indiferente. O que eu queria é que [...] Nun'Álvares crescesse depressa e que o Mestre salvasse o Reino! Creio que não se pode fazer maior elogio de um livro. A sua beleza está em não ser quase um ‘livro’, [...] mas uma grande realidade viva, [...] em que nada é de papel e tudo de substância viva. É mesmo mais que uma dessas ressurreições históricas, nas quais se sente sempre a cada linha a maestria do ressuscitador. [...] Através da *Salambô*, nunca se perde de vista o génio e a ciência de Flaubert. No *Nun'Álvares*, a personalidade do historiador-artista desaparece na primeira impressão, e fica-se, ou pelo menos fiquei, [...] numa comunhão de contemporâneo, com as coisas e os homens evocados. Depois é que voltei a reler, com olhos de profissional, a obra literária do Sr. Oliveira Martins.”

siados do Mariano de Carvalho”<sup>7</sup>, a ponto de “chegar mesmo a haver reminiscências”, tal como o “chefe da casa dos Castros” era “quase um conselheiro, e do tipo mais conselheiral”, em que também julgava “antever reminiscências!” Em suma – dizia Eça ao amigo – aí está “o que é um grande historiador chafurdar em *Política*: insensivelmente transporta para o homem do passado a ironia ou o desdém que lhe inspiraram os homens da véspera – e desabafa nas costas dos mortos!” (*Corr.*, II, pp.313-314).

Talvez ele, Eça, quisesse escamotear que, n’ *A Ilustre Casa de Ramires*, desabafava a sua zanga com o presente, não em costas de mortos porque não fazia obra de história, mas, ironicamente, em personagens e situações romanescas, na prática da *metalepse* vulgar que opera transmigrações do mundo real para o ficcional.

\* \*

Passo a examinar como ganha forma narrativa esse irónico desabafo, centrando-me na figuração que o protagonista recebe: e quase forçoso é que assim proceda, já que o romance se constrói em torno de Gonçalo a ponto de adquirir o cariz de “romance de personagem”, apostado na revelação de um carácter através de cenas e incursões no seu mundo íntimo ao longo de um entrecho bastante estático.

Começo por salientar o pequeno lugar concedido à narração heterodiegética, só utilizada para informações necessárias ao desencadear ou ao cerzir do suceder ficcional.<sup>8</sup> Por isso é sobretudo no cap. I, introdutório, que ela está presente, a fim de nos colocar na posse de

7 Mariano de Carvalho (1836-1905) desempenhou altas funções governamentais na Regeneração, entre elas a de Ministro da Fazenda (1886-1889 e 1891-1892) no gabinete presidido por José Luciano de Castro.

8 Acentua-o Carlos Reis (1991), em *Estatuto e Perspectivas do Narrador na Ficção de Eça de Queirós* (4.ª ed. Coimbra: Almedina).

elementos fundamentais para a instauração da personagem e o lançamento da urdidura diegética. Esta a razão pela qual vou deter-me um pouco nesse capítulo, que abre no “presente” da ação, mostrando Gonçalo, em casa, a trabalhar no seu romance histórico, entre pilhas de livros de apoio, desde o *Vocabulário* de Bluteau, a tomos esparsos do *Panorama* e de Walter Scott. Vêm depois, em analepse, dados importantes. Sabemos da linhagem do herói, que acompanha toda a história do Reino, mas degenerando a partir do século XVII (era a visão dos homens de 70 sobre o nosso devir), linhagem metonimicamente representada pela velha Torre do decadente solar onde habita (p. 76); conhecemos o cenário provinciano nortenho em que se movimenta – a aldeia de Santa Ireneia, Vila Clara, a cidadezinha de Oliveira –, onde, com simpatia, lhe chamam “o Fidalgo da Torre”; fala-se dos seus anos de Coimbra, concluídos havia pouco, período em que nascera o seu projeto romanesco sob o estímulo de um companheiro de casa, José Lúcio Castanheiro, dito o “Castanheiro Patriotinheiro”, representante burlesco – talvez sombra de Pinheiro Chagas<sup>9</sup> – da exaltação nacionalista que o descalabro do País causava, atingindo Oliveira Martins ou o jovem “neo-garrettista” Alberto de Oliveira: bradando “a necessidade, caramba, de reatar a tradição!” (p. 77), Castanheiro criara, em Coimbra, o semanário *A Pátria*, num apostolado a que queria chamar Gonçalo, que ele votava a “restau-

9 No autógrafo recém-encontrado do romance (as informações provêm sempre de Irene Fialho), chama-se José Pinheiro – e temos a tentação de acrescentar Chagas – aquele José Lúcio Castanheiro das versões publicadas, o “Castanheiro Patriotinheiro” (p. 77) que funda em Coimbra o semanário *A Pátria*, e depois, em Lisboa, os *Anais de Literatura e de História*, num ardor de apóstolo pelo Renascimento Nacional; aí ocorre um lapso bem revelador destas osmose entre o real e o ficcional quando recebe o nome de João Vasco e, uma vez, de João Franco, o Ministro do Reino (José Ernesto, nas versões publicadas) a quem André Cavaleiro reclama que Gonçalo, com quem acaba de reconciliar-se pelos maus motivos que sabemos, seja aceite pelo governo como deputado por Vila Clara, antes de qualquer eleição: parece óbvia a inadvertida referência ao célebre João Franco, ministro do Reino de 1893 a 1897.

rar em Portugal o romance histórico” (p. 79) pela antiguidade da linhagem e pelo saber de palavras e coisas velhas demonstrado numa novelazinha de “sabor godo” que publicara no seu jornal, reconhecendo embora que nada havia nela que fosse “só português” (p. 78). Também nos é oferecido um retrato, breve mas sintomático, do protagonista: era “um moço muito afável, esbelto e loiro, duma brancura sã de porcelana, com uns finos e risonhos olhos que facilmente se enterneciam, sempre elegante e apurado na batina e no verniz dos sapatos” (p. 78). O retrato não perde validade na diegese posterior, desde que se lhe tire o traje académico e se lhe some um cabelo ténue, um leve “bigodinho castanho” e “uma mosca” um pouco comprida que alongava uma “face aquilina e fina” (p. 97).

A estes elementos, a introdução analética junta a narração do pensador de Gonçalo para a política, revelado após a formatura do Castanheiro, quando passara a contactar em Coimbra com colegas que discutiam sobre os dois partidos, bastante idênticos, que alternavam no poder – os Regeneradores e os Históricos ; aderindo aos primeiros, que lhe representavam “ideias de conservantismo, de elegância culta e de generosidade” (p. 80), frequentara mesmo o “Centro Regenerador” da Couraça, onde aconselhara “o fortalecimento da Coroa” e “uma forte expansão colonial”; mas tal empenhamento fora tragado em “bacalhoadas festivas” – Gonçalo sempre se mostrará dado ao convívio folgazão em comezainas saborosas e bem regadas –, tal como se lhe esvaíra o ardor literário, só recuperado quando reencontrara na capital – onde, já formado, o levava a hipoteca de uma propriedade e uma manifestação, quiçá útil, de fidelidade aos Regeneradores – o entusiasta Castanheiro, prestes a lançar os *Anais de Literatura e de História*: sob o permanente apelo do apóstolo do renascer português, renovara-se-lhe a ideia do prometido romance sobre um bárbaro episódio afonsino dos anais da sua casa, que o amigo instantemente pedia para a nova revista; recriar varões de “alma



façanhuda” e “querer sublime” – dizia ele – “tonifica, caramba!” os novos (p. 83). Pesara na aceitação de Gonçalo dizer de si para si que a ressurreição do seu avoengo Tructesindo podia ser alimentada pelo tal poemeto que o tio Duarte escrevera havia cinquenta anos...

Outros elementos analéticos abrem ainda, no cap. I, mais eixos importantes da ação vindoura: uns dizem respeito ao rancor pessoal de Gonçalo, que alguns estranhavam, por um colega de quem já fora próximo, oriundo de uma quinta nortenha que “pegava” com a sua: o André Cavaleiro dos sedutores bigodes negros, de quem chasqueara na imprensa, feito pelos Históricos governador civil de Oliveira; outros relatam episódios já recentes da vida doméstica do Fidalgo: o despedimento do caseiro Manuel Relho, que a bebedeira tornara violento, a ponto de agredir a cozinheira Rosa e atirar pedras à varanda onde ele escrevia (pp. 88-89); e a contratação, para substituí-lo, de um lavrador dos Bravais, José Casco, a quem, no fim de uma negociação astuta (p. 90), dera a palavra de arrendar a quinta da Torre por novecentos e cinquenta mil réis.

Abandonando aqui a narração analética, o cap. I termina no “presente”, com o narrador a referir que a veia literária de Gonçalo, “entulhada” por estes cuidados, “entupira”: naqueles dias, só conseguira “converter servilmente numa prosa aguada os versos lisos do tio Duarte, sem relevo que os modernizasse” (p. 90), zangado com os lugares comuns que escrevia, um Tructesindo que não apanhava e os “enormes” avós, “chapeados de ferro e mais vagos que fumos” (p. 91).

Estão criados os grandes vetores que o romance vai desenvolver, entrelaçando-os: o que atenta no viver doméstico e no mundo íntimo de Gonçalo, o que diz respeito à sua carreira política, o que tem a ver com a sua escrita literária. O avançar romanesco irá processar-se de modo singular, num *contraponto* que salta de um vetor para outro e justapõe facetas contrastantes, produzindo uma figuração *poliédrica*,

de rendimento irônico, com notável utilização do *showing* e, a par do diálogo, das modalidades subjetivadoras que são a narração segundo o ponto de vista da personagem, o discurso indireto livre e o discurso interior narrativizado. É através do que Gonçalo *vê, faz, diz, pensa* e até *sonha* que vai ganhando um vulto ficcional onde o riso, mas também a complacência e até a ternura, estão muito presentes.

\* \*

Só com exemplos poderei documentar esse contraponto, muito bem programado, que define a personagem e simultaneamente desenha o tempo e o meio que a circundam. Sendo Gonçalo, pela linhagem, “o mais genuíno e antigo fidalgo de Portugal” (p. 74), na opinião de um “severo genealogista” (o Morgado de Cidadelhe), irmão do Titó (outrossim António Vilalobos), este “homenzarrão excelente”, de quem o Fidalgo é muito amigo, diz, ao avaliá-lo no termo do romance, que Gonçalo tem “raça”; esta “raça” a que alude (cf. p. 374) não é, porém, a que se afere pela cadeia de antepassados, mas, a que se traduz, como o romance irá mostrando tantas vezes, em elegância de porte, gosto, bom coração, simplicidade, afabilidade com iguais ou com humildes, capacidade judicativa dos outros e de si mesmo, graça, verve (e por vezes bem cáustica) – qualidades que o distinguem da gente impante mas grosseira; por tudo isso os amigos frequentemente o tratam, com afeto brincalhão, por “Gonçalinho”, e um deles, João Gouveia, administrador pelos Históricos do concelho de Vila Clara, o define como “uma flor que pica” (p. 108).

Mas quanta fraqueza convive nele com essa “raça”! A primeira que lhe conhecemos é o medo. Logo no capítulo introdutório, o vemos, “atarantado” com as arremetidas do Relho bêbedo, fechar-se à chave no quarto, empurrando a cómoda contra a porta “com tão desesperada ansiedade que frascos de cristal, um cofre de tarta-

ruga, até um crucifixo”, tombam e se partem (p. 89). Esta tibieza, que o deixa humilhado, manifesta-se em mais episódios, e sempre, para maior vergonha do Fidalgo, perante populares. Lembro os que por duas vezes ocorrem no lugar de Nacejas, junto a Canta-Pedra – precisamente onde Gonçalo coloca, na novela que está a escrever, uma cena de bravura ramírica –, quando se cruza com um rapagão de suíças louras, caçador pimpão enciumado com a saudação galante que ele dirigira à moça que namorava: se o primeiro encontro se salda pelo olhar desdenhoso do valentão, que quase raspa o cano da caçadeira pela perna de Gonçalo, montado na sua égua, pondo-o a fugir, colhido, diz o texto, “por aquele desgraçado [...] arrepio da carne, que sempre, ante qualquer risco, qualquer ameaça, o forçava irresistivelmente a encolher, a recuar, a abalar” (p. 196), o segundo (p. 386-7-8) tem contornos diferentes, mas que saem, a meu ver, de idêntica motivação psicológica. Gonçalo, de novo montado e em passeio, mas munido desta vez de um forte chicote de cavalo-marinho (p. 387) bem afiado, interroga delicadamente um rapaz sobre o caminho que buscava; surge, porém, o mesmo latagão das suíças a dizer ao moço que não tinha nada que ensinar o caminho a “asnos”... O ultraje, sem provocação que o motivasse, deixa o Fidalgo num “tumulto confuso, que era de medo e de raiva” (p. 388). Riposta que não querendo desordens, lhe havia de dar contudo uma lição, ao que o outro retorque, agarrando num cajado, que então viesse ela, a lição, barrando-lhe o caminho e chamando-lhe “seu Ramires de merd...” (p. 389).” Uma névoa turvou os olhos esgazeados do Fidalgo”, diz o texto; e foi então que, de repente, “num inconsciente arranque, como levado por uma furiosa rajada de orgulho e força que se desencadeava do fundo do seu ser”, lançou a égua contra o valentão, e, erguido nos estribos, lhe vergastou “desesperadamente” corpo e rosto, até deixá-lo como morto. A arquejar, feriu ainda o moço, que agarrara numa espingarda e lançara um tiro. Uma “alegria brutal”, diz o texto, invadiu Gonçalo

(p. 390) perante o sangue que provocara; galopa para a Torre, como levado por um “corcel de lenda”, “crescido magnificamente”, como um “um verdadeiro Ramires, dos antigos da História. “Enfim era *um homem!*”, dizia para si, enquanto apertava “furiosamente” o cabo do chicote (p. 394). Neste castigo catártico em que ele se purga do medo, passando a sentir *mais sua* a sua Torre, o que eu vejo é uma valentia “à rebours”, o tal “arranque inconsciente” que me parece uma face da pusilanimidade, não a reconquista pelo Fidalgo da energia ramírica, como quer uma comentadora sagaz do romance, Marie Hélène Piwnick, que toma este episódio como a cena-chave do caminhar redentor de Gonçalo.<sup>10</sup>

Mas outras fraquezas, eticamente mais graves, mostra o Fidalgo. A primeira grande falha posta em relevo no contraponto diegético é a sua inconsistência moral, quando logo a seguir à palavra dada ao Casco sobre o arrendamento da Torre por novecentos e cinquenta mil réis, capitula perante a oferta mais vantajosa – um conto cento e cinquenta mil réis, mas sem porco, nem leite, nem hortaliça, nem fruta (p. 138) – que lhe apresenta o Pereira da Riosa, excelente lavrador, abastado e influente (dispunha de 60 votos na freguesia (p. 132). Posto ao corrente do ajuste anterior, é este Pereira, respeitador da lisura em negócios, que vemos hesitar, porque “nem por um condado se atravessaria” – diz ele – “nos arranjos do Casco” (p. 138); combina finalmente com Gonçalo uma escritura em Oliveira, mas porque este lhe afiança desfaçadamente, enquanto se acalmava bebendo vinho verde, que não houvera com o outro palavra solidamente dada, observando com desfaçatez: “Pois se eu tivesse confirmado ao Casco decisivamente a palavra de Gonçalo Ramires, estava agora aqui a tratar, ou sequer a conversar consigo, Pereira, sobre o arrendamento

10 “Um cadinho alegórico: *A Torre de D. Ramires*”, in Piwnick (2012: 51-52); vejam-se também as pp. 27-29.

da Torre?” Quando sabe do acontecido, o Casco reclama violentamente da desfeita: “O Fidalgo deu a sua palavra!” – grita ameaçador, brandindo um cajado (p. 207). Esgazeado pelo medo, Gonçalo tenta perversamente refugiar-se “na ideia de Justiça e de Lei, que aterra os homens do campo” (p. 207); lembra ao Casco a família e a prisão... Então o homem, lemos, “cresceu todo”, “negro e alto como um pinheiro”, bradando, de olhos sangrentos: – “Pois o Fidalgo ainda me ameaça com a justiça! [...] Então, cos diabos! Primeiro que entre na cadeia lhe hei-de esmigalhar esses ossos!...” Trava-o, contudo, um “lampejo de razão e respeito” que o faz gritar: “- Fuja, Fidalgo, [...] que o mato e me perco!” (p. 208) E Gonçalo foge, “numa carreira furiosa de lebre acossada”, diz impiedosamente o texto, “alapando-se” num “esconderijo” até recompor-se e seguir para a Torre, onde barafusta com os criados que encontra a tagarelar enquanto esperavam o caldo: “– Então que sarau é este? Vocês não me ouviram chamar?... Pois encontrei lá em baixo, ao pé do pinheiral, um bêbedo, que me não conheceu, veio para mim *com uma foice*... Felizmente levava a bengala. [...] Outra vez que suceda, todos para a rua... E quem resmungar, a cacete!” “A sua face chamejava, alta e valente”, diz o texto, irónico (p. 210). Logo depois, ouvimos o Fidalgo relatar o episódio ao Bento, o seu mordomo, somando novas mentiras para trocar por valentia o que tinha sido cobardia e desonestidade – feio processo de autodefesa que repete noutras ocasiões, de saldo cómico, tantos são os pontos que acrescenta nos recontos que faz. O romance não deixa, porém, que o Fidalgo se fique nestas feições de aristocrata sem qualidade, que falta à palavra por dinheiro e – pior – que solicita às autoridades, invocando miseravelmente preocupações de ordem pública, a prisão do homem cheio de razão que o defrontara; cenas comoventes mostram adiante que possui um coração bom, quando a mulher do Casco, rodeada de filhos pequenos (um deles doente), vem afita à Torre, em dia de temporal, implorar ao Fidalgo clemên-

cia para o seu homem: “Aquilo foi perdição que lhe deu!” (p. 245). Sabedor da sua presença, Gonçalo, já arrependido da brutalidade com que procedera, mune-se de alperces secos para dar às crianças; e tremendo “como um culpado” ao dirigir-se à cozinha onde ela estava, promete-lhe que dará ordem para libertarem o marido, oferece-lhe a sua capa nova de borracha para que regresse com os filhos a casa, bem agasalhada, e exige que o pequenito doente fique na Torre para ser tratado. O rapazinho é instalado num dos quartos, ao pé do Bento (p. 251); e Gonçalo vai espreitá-lo à noite, sorrindo quando vê aquele Manuelzinho, filho do Casco, a dormir regaladamente nos altos colchões dum vasto leito de pau-preto, velado à cabeceira por dois retratos de antigos Ramires suspensos da parede. O Fidalgo repuxa paternalmente a dobra do lençol, experimenta as janelas decrépitas no receio de correntes de ar traiçoeiras, manda o Bento buscar uma lamparina, que põe sobre o lavatório esbatendo-lhe a luz, e sai finalmente, relanceando pelo quarto “os olhos lentos”, “para se assegurar do sossego, do silêncio, da penumbra, do conforto” (p. 251). Eis uma cena que, documentando como a filantropia evangélica estava no cerne da santidade que o “último Eça” tanto trazia no espírito, justifica que o P.e Soeiro, capelão dos Ramires, diga no epílogo do romance que é a bondade que tudo faz desculpar no Fidalgo (p. 455).

Ironicamente, as injustiças de Gonçalo no caso Casco são, na malha diegética, o preâmbulo da sequência nuclear em que se dá a sua ascensão política, impressivamente pondo a nu a miséria e a “raça” que nele convivem. Indo a Oliveira para efetuar a escritura do arrendamento da Torre e a acusação do pobre homem (carecida da intervenção de João Gouveia, administrador do Governo Civil a que preside André Cavaleiro), Gonçalo sabe do falecimento do velho deputado “histórico” Sanches Lucena, um novo rico, e da vacatura assim criada no campo político contrário ao seu. Apesar das dissidências com o Cavaleiro e o ministério no poder, o Fidalgo (incentivado

por João Gouveia que as menosprezava por entender que Históricos e Regeneradores se equivaliam) sente-se atraído pela vaga, que poderia ser, dizia para si, a “fenda” por onde “furaria” (p. 219) para a alta roda social e política com que a sua ambição sonhava. E ele devia-se à Nação – argumentava fraudulentamente consigo mesmo –, devia ceder o seu orgulho de homem à tarefa cívica (p. 226); já pensava no papel que poderia ter na instrução pública, favorecendo o desenvolvimento das colónias, o ensino industrial, sem latim, nem “ociosas belas-letas”, para formação de “produtores e exploradores” (p. 226), já se via a responder ao Discurso da Coroa com “um esboço sombrio e áspero da nossa Administração na África”, que fosse um “brado” para despertar Portugal (p. 237) – ideias “vastas e vagas”, diz ironicamente o texto, retirando-lhes qualquer solidez e cortando-as burlescamente com a chegada de um telegrama do Castanheiro (do “Pinheiro”, lê-se, num lapso revelador, p. 237), “gritando pela novela”, que tardava.

Gonçalo, como todos recordam, obtém a vaga de deputado, mas ao preço de transacções muito baixas, que espelham a sua falência moral e a corrupção do regime: depois da reconciliação oportunista com o influente Cavaleiro e a sua cor política, exigida pela aceitação do seu nome na fabricação pelo governo dos resultados eleitorais, o Fidalgo, sabendo tudo “arranjado”, começa a ronda de bajulação dos eleitores; e paga torpemente os favores do Cavaleiro “vendendo” ao seu desejo amoroso a irmã querida, Gracinha, que ele cortejara em tempos até quase noivarem e depois largara, estando ela apaixonada deveras – essa gentil Gracinha, entretanto casada sem amor e sem filhos com o rico, gordo e inepto Barrolo, dito o Bacoco, e entregue, no palacete dos Cunhais, em Oliveira, a um quotidiano ocioso (p. 167). Em longas imersões no discorrer interior de Gonçalo, vemos-lo, constrangido, a favorecer a aproximação dos ex-noivos (irá ao ponto de sugerir à irmã, perturbada, que se decote para um jantar nos

Cunhais em que o Cavaleiro iria estar presente, p. 241); e a assistir, aflito, ao reacendimento da chama antiga, tentando sem êxito enganar a consciência, dizendo-se que a irmã era uma Ramires de “alma heróica”, que não cederia à tentação adúltera, tanto mais que tinha ao lado um “marido rijo” (pp. 224-225)! O romance, muito discreto no campo da sexualidade, e por vezes programadamente ambíguo, deixa ao Fidalgo e a nós, leitores, a decisão sobre o que possa ter efetivamente acontecido entre Gracinha e Cavaleiro no mirante do jardim dos Cunhais, que simulava “um templozinho grego, cor-de-rosa desbotado, com um gordo Cupido sobre a cúpula” (p. 346) e tinha persianas ralas que Gonçalo vai miseravelmente espiar, de coração transido. Ele, e nós, apenas ouvimos “alguém que suplicava” – “Não, não, que loucura!” – e alguém, “impaciente e ardente”, que insistia “Sim, meu amor! sim, meu amor! – vozes que o Fidalgo, colhido por “uma imensa vergonha”, reconhece: “Era Gracinha! Era o Cavaleiro!” Foge para o largo próximo. “Mas o sussurro do mirante errava por todo o largo como um vento enroscado, raspando as lajes, batendo as barbas dos santos sobre o portal da Igreja de S. Mateus, redemoinhando nos telhados musgosos da cordoaria...” Então “Gonçalo sentiu a ansiedade desesperada de escapar para longe, para imensamente longe do largo, do palacete, da cidade, de toda aquela vergonha que o trespassava” (p. 348). Chega a casa numa caleche de estores corridos, “com a sensação de que o mundo tremera, [...] e a sua velha Torre, velha como o Reino, rachava, mostrando dentro um montão ignorado de lixo e de saias sujas” (p. 349).

Gonçalo emerge da lama onde caiu por esta vergonha intensa, tão intensa que lhe transfigura a realidade em simulacros do seu tormento e lhe desperta, proleticamente, a ânsia de um purificador *ailleurs*, longe da sua pequenez e da miséria do seu contexto, fosse ele a conspiração lisboeta ou a mexeriquice provinciana, de que são ícone as coscuvilheiras manas Lousadas, de olhar e língua tão reles. Nisto se



mostra a sua “raça” – a qualidade humana que apesar de tudo possui –, também exemplarmente revelada na rejeição, como esposa, da bela D. Ana Lucena que ficara, enviuvando, com dinheiro a rodo para salvar a Torre do descabro em que estava. Já num encontro ocasional com ela e o marido decrépito, pouco antes deste falecer, o Fidalgo se “arripiara” – como diz o texto – com a riqueza ostentada pelo casal, os ademanos empertigados da dama, a sua voz “rolada, lenta e gorda” (p. 148) a tratá-lo por “cavalheiro”, a sua incultura e estupidez<sup>11</sup> (pp. 149-150). “Gente pedante e sabuja...”, pensara o Fidalgo, enjoado com a “gula de ‘roda fina’ ” que ambos mostravam – ela, “esplêndida peça de carne”, como filha de carniceiro que era, “mas sem migalha de graça ou alma” (p. 156), o marido estupefacto com o que vira em Gonçalo – a afabilidade com que ele dera transporte na sua égua ao Manuel Solha, um camponês ferido no tornozelo (pp. 145-6), a amizade por gente vulgar como o Videirinha, ajudante de farmácia, filho de costureira e tocador de violão. Jamais esqueceria – dissera Sanches Lucena – essa tarde em que vira um espetáculo único, “o maior fidalgo de Portugal, a pé pela estrada de Corinde, levando à rédea no seu próprio cavalo um cavador de enxada!” (p. 156) A péssima impressão deixada em Gonçalo por D. Ana esmorece quando visita com ela, já viúva, e a espirituosa prima Maria Mendonça, que os tentava aproximar, as ruínas da Igreja de Santa Maria de Craquede e da necrópole dos antigos Ramires: o luto diminuía-lhe a aparência de “burguesa ricaça pingüemente repimpada na vida”, já não dizia “o cavalheiro”, fora até capaz de uma observação interessante sobre a religiosidade daqueles locais... (p. 321). Daria uma esposa aceitável, pergunta-se Gonçalo? Indaga sobre a condição fundamental para lhe

11 A propósito do baile de carnaval em que Gonçalo a recordava “esplendidamente vestida de Catarina da Rússia”, observa D. Ana: “O cavalheiro, porém, está equivocado. Eu não fui de russa, fui de imperatriz...” (pp. 149-150).

dar entrada no círculo dos Ramires: era boa rapariga (pp. 304-5)? De Titó – homem que nunca mentia –, e que ele descobrira com espanto ser visita frequente da quinta onde vivia D. Ana, ouve o juízo que liquida o seu projecto matrimonial: “Pois tu pensas em casar com a D. Ana, tu, Gonçalo Mendes Ramires?... [...] Um homem de bem, como tu, não pensa em casar com uma criatura como ela!... (p. 374) [...] Ela teve um amante. Não sei se antes ou depois desse teve outro. Não há criatura mais manhosa, nem mais disfarçada” (p. 376). Vários indícios inculcam, aliás, poder um desses amantes ser Titó...

Este amigo de “honesto face barbuda” (p. 258), que censurava a Gonçalo ir transformar-se, por ambição, em lacai de um governo reles (pp. 258-9), interpela-o, pois, em hora de decisão grave, pelo seu nome completo: – “Tu, Gonçalo Mendes Ramires!” Não cultivando a fidalguia de sangue (p. 374), Titó chamava Gonçalo, mesmo assim, à responsabilidade dos patronímicos seculares que transportava e que significavam uma cadeia de honra e energia, venerada na região. Não fora por um lampejo de razão, mas também de *respeito*, que o Casco retivera o gesto assassino contra o Fidalgo da Torre?

Gonçalo sente porém – e sente muito! – o peso desse seu passado: rindo embora da selvajaria dos avoengos e afirmando a igualdade radical de todos os sangues, nobres ou populares,<sup>12</sup> reconhece-se herdeiro de um legado enobrecedor, tanto que o invoca ao recusar com orgulho a concessão régia – vulgarizada desde o liberalismo – de um título nobiliárquico, o de marquês de Treixedo, que o Cavaleiro lhe comunica, pressuroso; e sofre com a distância a que está a fraqueza de carne e alma com que tinha nascido (p. 379) da voluntariosa

12 Recorde-se o sonho burlesco de Gonçalo (quando colocava a hipótese de desposar Ana Lucena, filha de carniceiro) com o monstruoso “Ramires carniceiro” com quem acabaria por topar se “escarafunchasse” no seu próprio passado: “peludo como uma fera, agachado no lodo”, via-o a partir “a rijos golpes, com um machado de pedra, postas de carne humana” (pp. 308-310).

capacidade de afirmação dos velhos Ramires, a ponto de sonhar, em noite de contrição amargurada, que as suas sombras vêm do além confortá-lo e emprestar-lhe as armas valentes para que vencesse a Sorte inimiga que amontoava sobre ele “tristeza, vergonha e perda” (pp. 380-381).

Iria ajudá-lo na conquista de um tónus interior mais rijo escrever o romance histórico que o Castanheiro lhe pedia para tonificar os novos, e em que ele, Gonçalo, só vira um acesso útil à notoriedade – a novela que intitulara *A Torre de D. Ramires*, consagrada à reconstituição de um feito horrífico, mas provando férrea têmpera, de Tructesindo, seu antepassado afonsino? A dificultosa composição desse texto, a acompanhar, em contraponto, as falhas morais do Fidalgo, mostra bem que não, dando eco à acusação de Eça ao fraco saldo do regresso à tradição desejado pelos neogarrettistas, com o seu apego sentimental ao nativismo pitoresco.<sup>13</sup> Um só exemplo: é precisamente antes de Gonçalo faltar à palavra dada ao Casco sobre o arrendamento da Torre, que surge, na novela que está a redigir e que se enxerta no romance como ficção de segundo nível, a orgulhosa teima de Tructesindo em colocar a honra e a fidelidade a si mesmo acima do estar de bem com o reino e o rei (pp. 129-130): por isso ele segue, contra Afonso II, e bandeadado com tropas leonesas, a causa das infantas suas irmãs, a quem jurara prestar serviço; por isso – e também por rixas antigas – nega a Lopo de Baião, o Bastardo, a sua filha Violante, que este amava e tentara raptar, perseguindo-o com desmedido furor quando ele vence em combate e acaba matando Lourenço Ramires, o seu filho. A novela metadieética constitui, toda ela, um exercício de ironia, quer por esse jogo de contrastes com a ficção enquadrante, quer pela *paródia* feita dos sentimentos patéticos e lances melodramáticos cultivados pelo romance histórico român-

13 Carta a Alberto de Oliveira, 6-8-1894, in *Correspondência*, II, p. 326.

tico (lembremo-nos de *O Monge de Cister* ou *Eurico*), aqui mimando especificamente, porém, *Ódio Velho Não Cansa*, de Rebelo da Silva<sup>14</sup> – mostrou-o Thomas Earle (1988: 515-519) –, tanto quanto Gonçalo imitava o poema do titi; nem original é sequer a horrenda morte do Bastardo, lentamente chupado por sanguessugas na lagoa onde o seu branco corpo desnudado é imerso, extravagante suplício referido por Herculano na *História de Portugal*.

Gonçalo, autor, imagina pois na sua ficção o contrário do que é capaz de viver, ficando horrorizado, aliás, com os bárbaros Ramires que tenta recriar e que já, em pequeno, lhe metiam medo, quando olhava para os quadros da casa que reproduziam as “carantonhas dos vovós” (p. 119). Eça torna-o capaz de autocrítica, projetando nele algumas das inquietações que também o assaltavam como romanista: Gonçalo duvida, por exemplo, se estaria a “construir obra forte”, se os Tructesindos, os Bastardos, os Castros que punha em ação – tirados do poemeto do tio, dos Herculanos e W. Scotts de que se rodeara, e, comicamente, do inspirador “fado dos Ramires” impregnado de lenda, tocado e cantado pelo sublime Videirinha – eram realmente, como lemos no texto, “varões afonsinos, de sólida substância histórica” ou apenas “ocos títeres, mal engonçados em erradas armaduras, povoando inverídicos arraiais e castelos, sem um gesto ou dizer que datassem das velhas idades!” (p. 363)

Em suma, Gonçalo, nem nas suas disposições anímicas, nem no seu atuar de homem, nem na sua criação literária, se sente de bem consigo. É o que o abre, por vezes, a sentimentos melancólicos e espiritualistas de vida oca e falhada, que o sortilégio elegíaco de certos locais avoluma, como a crasta afonsina em ruínas, que visita, com os sete túmulos de antiquíssimos Ramires (pp. 324-5), ou o cemitério de Vila Clara por cuja grade passa numa noite de luar: ao fundo da ala-

14 Publicado pela primeira vez em 1848 e republicado pouco depois no *Panorama*.

meda que o dividia, “o escarnado Cristo, chagado e lívido no silêncio e na solidão, com uma tristíssima lâmpada aos pés esmorecendo”, entre sombras de ciprestes, brancuras de lápides, cruzeiros rasteiros nas campas pobres, faz-lhe sentir um arrepiado medo – medo do Cristo, das lousas, dos defuntos, da Lua, da solidão” – que o põe a fugir numa carreira até avistar as primeiras casas da povoação (p. 227).

\* \*

Caminhando sempre em contraponto, o romance apresenta surpreendentes sequências finais, mesmo se preparadas por momentos como os que acabo de evocar. Na noite da eleição de Gonçalo a deputado – do triunfo, pois, da sua ambição –, eleição por todos festejada, porque a sua gentileza o tornara amado, até pelo Casco, comovido até ao âmago pelo cuidado com que o Fidalgo tratara do seu rapazinho doente, o Fidalgo sobe à “Torre de D. Ramires” que Bento, o seu mordomo, iluminara (ao longe ouviam-se os foguetes comemorativos), entregando-se a um largo exame de consciência de que resultam, não alegria e orgulho, mas arrependimento e confusão. Do céu noturno, diz o texto, “descia essa sensação de infinidade, de eternidade, que penetra, como uma surpresa, nas almas desacostumadas da sua contemplação”; passa então, no íntimo de Gonçalo, “o espanto dessas eternas imensidades sob que se agita [...] a rasteira, a sombria poeira humana”. E pergunta-se: “Deputado! Para quê?” para a peca vida lisboeta, quando outros, “os verdadeiramente homens”, se empenhavam em causas nobres e “viviam deliciosas plenitudes de vida”? Então, “entre o céu todo estrelado, e a terra toda escura”, Gonçalo sente crescer em si – “como se a energia da longa raça, que pela Torre passara, refluiu ao seu coração” – a vontade de empreender “uma acção vasta e fecunda em que soberbamente gozasse o gozo do verdadeiro viver, e em torno de si criasse vida, e

acrescentasse um lustre novo ao velho lustre de seu nome”. É o que o faz responder lapidarmente a Bento, quando o mordomo se aproxima perguntando se ainda demorava: “Não. A festa acabou, Bento” (p. 442).

Para mim, é esta a cena-chave do romance, a que conclui um ciclo e inaugura sendas novas, graças ao apelo espiritualista, avolumado pela noite e pela altura, mais do que à presença espectral dos Ramires na Torre simbólica – cena talvez impregnada pelas poéticas páginas de *La Chartreuse de Parme*, de Stendhal (cuja prosa enxuta Eça admirava<sup>15</sup>), que mostram no cap. IX Fabrice del Dongo, de alma tão fresca, a passar momentos maravilhosos no campanário da igreja de Grianta, exaltado pela altura que o afasta das ambições vulgares, pela vasta paisagem que abarca, pelos sons que vêm de uma festa popular com sinos e foguetes. A cena eciana, com a frase cheia de ressonâncias que a termina, “abre”, em coerência, o silencioso embarque de Gonçalo com Bento, após uns meses de dissipação lisboeta, para a Zambézia, no pacote “Portugal”, permitindo que o tomemos como o enérgico arranque que o Fidalgo decide enfim, hipotecando a sua quinta histórica de Treixedo (p. 443) (e lembremos que poderia ter sido Marquês de Treixedo), para uma vida renovada e produtiva, no contexto do relevo ganho pelas questões africanas. Macheque, a zona da embocadura do Zaire onde obtivera a concessão dum vasto prazo, estava nos territórios cuja posse portuguesa era disputada.

No *epílogo* que fecha o romance, o herói regressa a Lisboa quatro anos depois, sempre elegante, sempre de tez branca, mas rico, mais forte, mais bonito e “mais homem” segundo Maria Mendonça, a engraçada prima que narra epistolarmente o retorno (pp. 450-451). Construía uma enorme casa de vinte janelas, pintada de azul (sinal de fidelidade à Monarquia, quando o republicanismo grassava,

15 Releia-se a carta-prefácio a *O Mandarim*.

como Gonçalo reconhecia com espanto?), plantara muitos coqueiros, muito cacau, muita borracha, tinha galinhas aos milhares. Para ficar por cá, numa vida fátua de janota, abandonando ao excelente administrador que arranjava os rendosos empreendimentos africanos (como julga Maria Mendonça, p. 451)? Para arranjar noiva, talvez na grácil e jovem Rosinha Rio-Manso, o “botão de rosa” adolescente que já tínhamos conhecido, neta de um recente visconde, rico mas desprezioso e afável? Nenhum juízo, emitido por um narrador com “autoridade”, termina o romance, que ambiguamente nos deixa apenas sobre *opiniões* que emitem sobre o fidalgo amigos seus, que fomos conhecendo ao longo da ação; João Gouveia, o administrador *histórico* que muito contribuíra para a sua ascensão política moralmente dúbia, e que censurava as empresas africanas porque muito havia por cá a fazer, em particular no abandonado Alentejo, diz que “aquele todo de Gonçalo”, nas suas inconseqüências, lhe lembrava Portugal, retomando em eco, mas com ceticismo maior, opiniões de Oliveira Martins, no *Portugal Contemporâneo*, cuja importante 3.<sup>a</sup> edição saíra, já postumamente, em 1895. Não esqueçamos, porém (como sublinhou Carlos Reis<sup>16</sup>), que é uma personagem – e um pouco desacreditada até – quem assim compara Gonçalo a Portugal, impedindo, pois, que se veja nas palavras de João Gouveia a conclusão definitiva a retirar do romance.

\* \*

Pela leitura que fiz de *A Ilustre Casa de Ramires*, não creio que a sua lógica interna, cheia embora de indeterminações, nos deixe repetir, como por vezes foi dito ao longo da receção crítica do romance (propício a leituras ideológicas contrastadas), que nele traduz Eça

16 Cf. ainda Reis (1985: 283-289).

um nacionalismo de feição aristocrática, cultor da nossa reeducação cívica através das grandezas passadas, nem um nacionalismo apegado à dinamização do País pela via útil e patriótica da exploração da riqueza africana. Leiam-se as páginas tão lúcidas de textos que publicou na *Revista de Portugal*, como a *Nota do Mês* sobre o Ultimato ou *Novos Factores da Política Portuguesa*.<sup>17</sup>

O que me parece é que o romance, através de Gonçalo, foca sobretudo, em contexto finissecular português, um homem fragmentado e mutável, bom e mau como todos nós, renunciando Eça, muito modernamente, a decidir qual o futuro da personagem que criara, longe de todos os estereótipos. Julgo, em suma, que o texto mostra, com uma abertura a perspectivas espiritualistas e à imersão na subjetividade, algum descrédito do Naturalismo e alguma simpatia pelo romance “psicológico-sentimental” que ganhava cada vez mais votos no meio literário francês coevo, como Eça reconhece no ensaio *Positivismo e Idealismo*, mandado em 1893 para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

\* \*

Uma observação final, a que não sei responder com segurança: que quereria Eça sugerir intitulado o romance *A Ilustre Casa de Ramires* – ou, por outras palavras, que conotações se abrigam no adjetivo *ilustre*? Será legítimo pensar-se que o título pressuponha ironia?<sup>18</sup>

17 Queirós (1995: 69-82 e 83-95, respetivamente).

18 Marie Hélène Piwnick sugere esta hipótese em “Gonçalo Ramires: história de uma degeneração”, *in op.cit.*, p. 19.



## REFERÊNCIAS

- APARÍCIO, Dina Carvalho (2013). “*A Ilustre Casa de Ramires* – Gonçalo Ramires, os valores da fidalguia e a renovação nacional”, in António Apolinário Lourenço, Maria Helena Santana e Maria João Simões (coords.), *O Século do Romance. Realismo e Naturalismo na ficção oitocentista*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa. 407-415.
- BERRINI, Beatriz (1988). “África”, in A. Campos Matos (org. e e coord.), *Dicionário de Eça de Queirós*. 2.<sup>a</sup> ed., ver. e aum., Lisboa: Caminho. 44-47.
- COELHO, Maria Teresa Pinto (1997). “*A Ilustre Casa de Ramires* e a questão africana: entre a história e o mito”, in *150 Anos com Eça de Queirós: Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos*. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses da Universidade de São Paulo. 409-419.
- EARLE, Thomas (1988). “(*A Ilustre Casa de Ramires* e o romance histórico português”, in A. Campos Matos (org. e e coord.), *Dicionário de Eça de Queirós*. 2.<sup>a</sup> ed., ver. e aum., Lisboa: Caminho. 515-519.
- JÚNIOR, Roberto Loureiro (2009). *Jacinto, Fradique e Gonçalo: impasses oitocentistas sob o olhar do último Eça*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado.
- MORNA, Fátima de Freitas (2000). “*A Ilustre Casa de Ramires* e a balada romântica”, in A. Campos Matos (org. e e coord.), *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho. 332-342.
- PAGEAUX, Daniel-Henry (1990). “*A Ilustre Casa de Ramires*: da ‘mise en abyme’ à busca do sentido”, in *Eça e Os Maias Cem Anos Depois: Actas do 1.º Encontro de Queirosianos*. Porto: Edições ASA. 191-196.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa (1972). “Uma interpretação de *A Ilustre Casa de Ramirez*, de Eça de Queirós”, in *Escritos Diversos*. Coimbra: Por Ordem da Universidade. 537-553.
- PIWNICK, Marie Hélène (2012). “Interpretações de *A Ilustre Casa de Ramirez*”, in *Eça de Queiroz Revisitado (Propostas de Leitura)*. Guimarães: Opera Omnia. 15-92.

- QUEIRÓS, Eça de (1999). *A Ilustre Casa de Ramires*. Col. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós (Carlos Reis, coord.). Ed. Elena Losada Soler. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- QUEIRÓS, Eça de (1995). *Textos de Imprensa. VI (da Revista de Portugal)*. Col. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós (Carlos Reis, coord.). Ed. Maria Helena Santana. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- QUEIRÓS, Eça de (1992). “À propos du *Mandarim*. Lettre qui aurait du être une préface”, in *O Mandarim*. Col. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós (Carlos Reis, coord.). Ed. Beatriz Berrini. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 195-199.
- QUEIRÓS, Eça de (1983). *Correspondência*. Ed. Guilherme de Castilho. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2 vols.
- REAL, Miguel (2006). *O Último Eça*. Lisboa: QuidNovi.
- REIS, Carlos (2000). *O essencial sobre Eça de Queirós*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- REIS, Carlos (1997). *Eça de Queirós, consul de Portugal à Paris. 1888-1900*. Col. Présences Portugaises en France. Trad. Marie-Hélène Piwnick. Paris: Centre Culturel C. Gulbenkian.
- REIS, Carlos (1985). “O espaço rural no romance queirosiano: *A Ilustre Casa de Ramires*”, in *Les Campagnes Portugaises de 1870 à 1930: Image et Réalité: Actes du Colloque, Aix-en-Provence, 2-4 décembre 1982*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais. 283-289.
- REIS, Carlos (1984). *Estatuto e perspectivas do narrador na ficção de Eça de Queirós*. 3.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina.
- ROCHETA, Isabel e Cristina SOBRAL (2011). “A ‘machina creadora’ de Eça de Queirós”, in *Letras Com Vida – Literatura, Cultura e Arte* [revista do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa], 3: 181-190.
- SANTOS, Américo Oliveira (1990). “De Carnide a Corinde: comutação e transvocalização na genese d’*A Ilustre Casa de Ramires*”, in *Eça e Os*

Maias *Cem Anos Depois: Actas do 1º Encontro de Queirosianos*. Porto: Edições ASA. 253-258.

#### ABSTRACT

This study bases itself on a version of *A Ilustre Casa de Ramires* published in 1900, which differs considerably from the (incomplete) version found in the 1897-1899's *Revista Moderna*. It is a veritable “character novel”, permeated with irony and containing the two vectors that serve as guidance for the protagonist's intimate flowing and acting, bestowing upon him a fictional weight, in a multilayered weaving: thanks to his words, thoughts and actions, both vectors document the search of Gonçalo, a rural nobleman hailing from an ancient lineage of daring Ramires, for wealth, prestige and power. Nevertheless, we will find that Gonçalo is a figuration for the human fragility and plurality.

There is no judging by a narrator with authority to end the novel; instead, we are left with mere opinions held by others about the nobleman. It is up to the reader to fill in these and other ambiguities of a novel that presents a great many deal of specific aspects in Eça's work (even “latest Eça's”).

*Keywords:* Eça de Queirós, Gonçalo Ramires, figuration.

#### RESUMO

Este estudo baseia-se na versão de *A Ilustre Casa de Ramires* publicada em 1900, muito diversa da surgida (incompleta) na *Revista Moderna* em 1897-1899. Verdadeiro “romance de personagem”, permeado de ironia, nele se entrelaçam, numa urdidura em polifacetado *contraponto*, os dois vetores que orientam o atuar e o fluir íntimo do protagonista, dando-lhe vulto ficcional: ambos documentam, através do que Gonçalo faz, diz e pensa a procura de riqueza, prestígio e poder por esse fidalgo rural, oriundo de uma

antiquíssima linhagem de façanhudos Ramires. Não obstante, veremos que Gonçalo é uma figuração da fragilidade e pluralidade humanas.

Nenhum juízo, emitido por um narrador com “autoridade”, termina o romance, que nos deixa tão-só sobre *opiniões* que outros emitem sobre o fidalgo. Cabe ao leitor preencher estas (e outras) ambiguidades de um romance que apresenta, na obra de Eça (mesmo do “último Eça”), muitos traços específicos.

*Palavras-chave:* Eça de Queirós, Gonçalo Ramires, figuração.